

## Campos e Cunha: "Temos uma classe média em pânico"

Tipo Meio: Internet Data Publicação: 15-11-2012

Meio: Jornal de Negócios Online

URL: [http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS\\_V2&id=590601](http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=590601)

15 Novembro 2012 | 19:05

Luís Campos e Cunha, antigo ministro das Finanças, criticou hoje a política económica seguida pelo actual Governo, considerando que a incerteza que a mesma provoca nos cidadãos está a esmagar a economia e, em particular, a classe média.

"Temos uma sociedade dominada pelo medo. E temos uma classe média em pânico", afirmou o responsável, na sua intervenção na conferência dedicada à "Proposta de lei do Orçamento de Estado para 2013", promovida em Lisboa pela SRS Advogados.

Segundo Campos e Cunha, a classe média "é, provavelmente, o grupo mais afectado pelas medidas que estão a ser tomadas" pelo Executivo liderado por Passos Coelho.

Na opinião do professor da Faculdade de Economia da Universidade Nova e presidente da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), a 'culpa' é do elevado grau de incerteza existente entre os portugueses e que, defende, é provocada pelas políticas governamentais.

Campos e Cunha apresentou um conjunto de 13 exemplos sobre políticas lançadas pelo Governo que nunca se concretizaram, nem se sabe se vão ser executadas.

Entre elas, destacam-se a possível privatização da Caixa Geral de Depósitos (CGD), a eventual criação de um banco de fomento, as mudanças na Taxa Social Única (TSU), as mexidas nas pensões, as alterações na RTP e a ideia da refundação do memorando assinado com a troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional).

"O Governo parece não saber o que fazer. Está algo confuso", opinou, reforçando a ideia de que "há um multiplicador da incerteza provocado pelo Governo". E acrescentou: "A incerteza prejudica a economia, leva à queda do consumo e ao adiamento das decisões de investimento".

Para evitar que este nível de incerteza se instale junto dos cidadãos, que enfrentam uma difícil conjuntura, Campos e Cunha diz que é necessário distinguir as medidas permanentes - que, no seu ponto de vista, devem ser aprovadas antes do Orçamento de Estado, já que este apenas vigora durante um ano -, das medidas transitórias.

E, no que toca às medidas transitórias de resposta à crise, o professor defendeu que as mesmas têm que ter um calendário, apontando, em jeito de ilustração, para a "bagunça total" em torno do prazo de suspensão dos subsídios de férias e de Natal do sector público.

Lusa